

Zoneamento da Amazônia existe só no papel

Embrapa-CNPM

Projeto é incluído no Orçamento da União há dez anos, mas não dá sinais de vida

ROBERTO KISHINAMI
 Especial para o Estado

Nos últimos dez anos, o Orçamento da União incluiu sistematicamente o projeto de Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) da Amazônia, instrumento de extrema importância para o planejamento e capaz até de deter o desmatamento da região. Em 2001, o governo gastou R\$ 14 milhões e para este ano estão previstos outros R\$ 8,2 milhões, segundo o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, entidade não-governamental sediada em Brasília. Mas até agora o ZEE não existe, nem dá sinais de vida.

Um ZEE é composto de uma infinidade de informações detalhadas como mapas, gráficos e imagens de satélite. Esses dados permitem, por exemplo, delimitar áreas a serem protegidas e promover o uso sustentável e econômico da floresta e seus recursos naturais. Com tantas virtudes, tornou-se uma unanimidade e é invariavelmente citado por empresários, pesquisadores, políticos e ambientalistas.

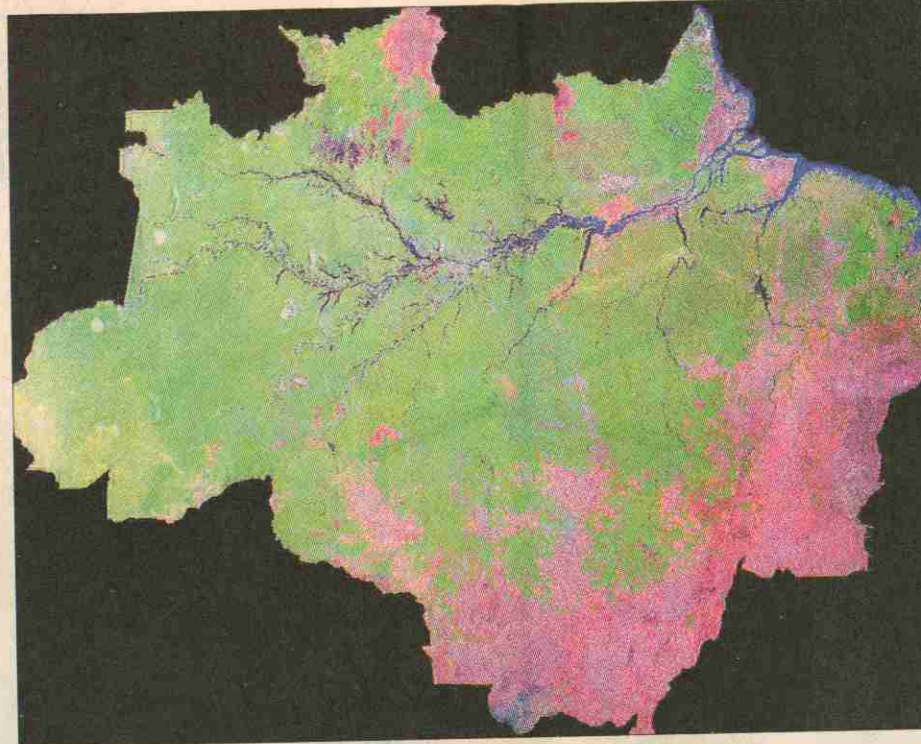
A importância do zoneamento federal não pode ser minimizada. Ela faz parte de compromissos internacionais assumidos pelo País com financiadores internacionais, particularmente as sete nações mais ricas (G7) que doam recursos – US\$ 250 milhões nos últimos anos – para o Programa Piloto de Proteção da Floresta Amazônica e Mata Atlântica, o PPG7.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso, a tarefa foi inicialmente delegada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), chefiada pelo embaixador Ronaldo Sardenberg, atual ministro de Ciência e Tecnologia. Em 1996 a SAE publicou diretrizes para o ZEE dos Estados, que não saíram do papel. A tarefa foi posteriormente repassada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), na gestão do ministro José Sarney Filho.

Silêncio – O atual secretário nacional de desenvolvimento sustentável do MMA, Sérgio Braga, responsável pelo ZEE no governo, foi procurado pelo Estado, mas não retornou as ligações telefônicas. Em duas ocasiões seu gabinete informou que se encontrava em seminários sobre o ZEE, primeiro com o Ibama e depois com a Agência Nacional de Águas.

Enquanto o governo federal elabora suas diretrizes, alguns Estados da Amazônia Legal já tomaram a iniciativa de fazer seus próprios ZEEs. Dois deles – Acre e Maranhão – com maior sucesso. Dos nove Estados da região, apenas Pará, Amazonas e Roraima não fizeram nada.

É um dado positivo, mas que pode gerar inconsistência de dados sem o ZEE federal. Não faltam exemplos: os rios da região amazônica formam uma única e enorme bacia, sendo impossível garantir a sua proteção sem um enfoque global. Espécies animais e vegetais não respeitam os limites dos Estados. Parques, reservas e florestas nacionais só podem ser efetivas se coordenadas no nível federal, já que compõem um mosaico com as unidades de conservação estaduais e municipais.



Mosaico da Amazônia Legal feito por imagens de satélite: sem apoio federal, Estados iniciam seus próprios zoneamentos

Acre transforma US\$ 1 milhão em US\$ 240 milhões

Na semana passada, um investimento de US\$ 1 milhão se transformou em US\$ 240 milhões para os próximos quatro anos no Acre. O gasto inicial foi feito na produção do ZEE estadual e os recursos virão de um programa de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Tão logo assumiu o governo do Acre em 1998, o engenheiro florestal Jorge Viana decidiu apostar nessa estratégia vitoriosa. Em pouco mais de um ano de trabalho e com uma equipe de 120 pessoas, chegou-se ao ZEE. Participaram seringueiros, fazendeiros e representantes da população urbana de Rio Branco. Tudo para identificar o potencial econômico da biodiversidade.

O ZEE do Acre foi totalmente custeado por terceiros: US\$ 800 mil repassados pelo MMA dos recursos do PPG7 e US\$ 200 mil de contribuições em diferentes entidades como o Inbra, o Ibama e a ONG WWF. Disponível na Internet, em www.ac.gov.br, o zoneamento ainda está na primeira etapa. Os seus 48 mapas permitem o conhecimento das diferentes regiões e seus potenciais econômicos.

“Atualmente são desenvolvidos com os interessados os protocolos de exploração florestal, entre eles um que trata de 23 espécies não-madeireiras”, explica o secretário de meio ambiente do Acre, biólogo Edgar de Deus. Serão esses protocolos – compromissos entre os agentes privados, comunidades extrativistas e o Estado – que permitirão o gasto dos US\$ 240 milhões de forma eficiente e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável. (R.K.)

Maranhão custeava sozinho seu projeto

Desenvolvido por instituição de Campinas, trabalho consumiu 12 meses

O leitor informado poderia pensar que, na Amazônia Legal, o Maranhão governado por Roseana Sarney seria o Estado a receber a maior parte dos recursos do MMA para o zoneamento, pelo fato de o ministro e a governadora serem irmãos. Ledo engano.

O gerente de planejamento (cargo equivalente ao de secretário) do Maranhão, o economista Jorge Murad, marido da governadora, informa que o ZEE estadual custou R\$ 1,6 milhão “totalmente custeado por recursos próprios”. Perguntado sobre as razões da não-contribuição do governo, responde que “o pedido foi feito, mas recusado”. Ante a insistência, finaliza: “Prefiro

não comentar sobre o que não está ao meu alcance.”

Mas sobre o ZEE do Maranhão, Murad mostra orgulho do trabalho que, para ele, constitui “instrumento de planejamento e gestão estratégicas do Estado, construído para colocar à disposição do público informações antes inacessíveis.” A quem interessa? “Qualquer pessoa, seja empresário, ambientalista, pesquisador ou estudante.”

Pelo site, www.zee.ma.gov.br, é possível ter acesso a mapas digitalizados, imagens de satélite – algumas delas exclusivas – e inúmeras estatísticas que, resume Murad, “permitem analisar empreendimentos em qualquer local do Estado, seus potenciais benefícios e impactos, a partir de um computador doméstico, de qualquer parte do mundo”.

O trabalho foi contratado à Embrapa Monitoramento por Satélite (www.cnpm.embrapa.br), de Campinas, e coordenado pelo doutor em ecologia Evaristo Eduardo de Miranda. Incluiu a criação de softwares e treinamento dos técnicos do Estado, consumindo 12 meses de trabalho de 12 pessoas.

“O ZEE do Maranhão teve o início correto, que é a definição do seu cliente final”, diz Miranda. “A partir daí as definições metodológicas e demais atividades foram decorências quase que naturais.” Com o ZEE estadual, será possível definir com o Ibama os limites dos 700 mil hectares do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba ou o traçado da estrada que ligará São Luís ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, de modo que nenhum trecho da rodovia fique a menos de 20 quilômetros das áreas de preservação, conforme explicações de Márcio Vaz, gerente de meio ambiente. (R.K.)